

A MILITARIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS (2019-2023) E A EXPROPRIAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Neusa Sousa Rêgo Ferreira

Doutoranda da Faculdade de Educação /UnB
neusass2012@hotmail.com

Resumo: A pesquisa em andamento tem como objeto, a política de militarização dos colégios da Rede Estadual de Goiás que ofertam a modalidade de Ensino Médio. Parte-se das premissas do **método histórico-dialético** e de suas categorias analíticas. Elege como **objetivo principal**, analisar os dispositivos institucionais implantados pela política de militarização de escolas públicas e sua inter-relação com os mecanismos de gestão, organização e a garantia do direito à educação e do Ensino Médio. Em **termos metodológicos**, ampara-se na revisão de produção científica e literatura, análise documental e na coleta de dados empíricos. Apoiar-se nas idéias de Marx e Engels (2001; 2008), Alves, Toschi e Ferreira (2018), KOSIK (1976), Paro (1993) e outros. Aponta que há um projeto de militarização voltado para valores e teorias conservadoras por meio da entrega da gestão escolar aos comandantes, pela adoção de princípios próprios da corporações militares e da meritocracia nas escolas públicas. Reafirma a luta pela escola pública, gratuita de qualidade socialmente referenciada, assentada nos princípios democráticos da Constituição Federal de 1988 da LDB (Lei nº 9394/1996).

Palavras - chave: Educação Básica Pública; Colégios militarizados; Direito à educação; Gestão da Educação.

INTRODUÇÃO

Encontra-se em curso um processo de aprofundamento do caráter neoliberal e conservador do Estado capitalista. Projetos conservadores de formação humana como a militarização de escolas, a educação domiciliar (*homeschooling*) e a “escola sem partido” vem ganhando projeção no cenário das políticas educacionais. Nesse contexto, o governo de Goiás fomenta a existência de subsistema diferenciado dentro de sua Rede de Ensino, com a criação de uma Superintendência específica para seus colégios militarizados.

METODOLOGIA

Metodologicamente, tem-se como suporte os escritos de Triviños (2019), Marx (2001) e Morosini (2021). Realizou-se revisão da produção científica e da literatura, análise documental e aplicação de questionário aberto e fechado para os sujeitos específicos da Superintendência de Segurança e Colégios Militares da Rede pública de ensino de Goiás .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Pública estadual de ensino de Goiás conta com 992 unidades escolares que juntas, atendem 482.203 mil estudantes nas etapas do Ensino Fundamental II Fase e Ensino Médio, nas modalidades Educação básica, Educação profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Inclusiva. Destas, 76 unidades militarizadas alcançam mais de 80 mil estudantes, pautam-se em princípios, normas, valores e comportamentos militares próprio das corporações militares. A coexistência de um subsistema de educação militarizada na Rede estadual de ensino de Goiás, pautado no modelo de gestão militarizada oriundo dos militares, na hierarquia e no controle da autonomia docente e dos estudantes significa uma ruptura com o princípio da gestão democrática da educação pública, preconizado pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação. Santos (2019) afirma que tanto a militarização de escolas

públicas quanto o ideário *Escola sem partido* são faces de um mesmo projeto hegemônico conservador que coloca em risco direitos e preceitos constitucionais, dentre eles, o direito à educação e seus princípios legais. Diante disso, evidencia-se a necessária defesa de uma escola pública, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciada para todos e todas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Estudos anteriores (Alves, Toschi e Ferreira, 2018) concluíram que o ensino militarizado representa grave ameaça à escola pública, à garantia do direito à educação e o cerceamento de estudantes e professores. Entende-se que a subordinação de profissionais da educação e estudantes a militares consiste em um grave ataque aos princípios democráticos do nosso país e descaracteriza a escola pública como espaço de emancipação humana. Conclama a defesa dos direitos sociais e da educação de qualidade, socialmente referenciada. Alerta-se sobre os riscos da expropriação do direito à educação

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação da rede estadual. *Retratos da Escola*, Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018.
SANTOS, Catarina de Almeida. Políticas e prioridades para educação básica no Distrito Federal: um cenário em construção. In: Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham? Theresa Adrião, Luciana Rosa Marques e Márcia Angela da Silva Aguiar (organizadoras.) Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2019.
MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.